

SEMINÁRIO
“130 ANOS DEPOIS: ESCRAVIDÃO, ABOLIÇÃO E EXCLUSÃO
PERSISTENTE”

APRESENTAÇÃO

Abordar a história da escravidão, o processo de abolição da escravatura e seus impactos, cujos reflexos, até hoje, são sentidos junto à população brasileira: isto constitui tarefa árdua e desafiadora, mesmo cento e trinta anos depois. Entre as vicissitudes detectadas em meio às abordagens sobre a temática, persiste um imaginário corroborado por mitos, exageros e versões moldadas muitas vezes por pragmatismos políticos, agravado pelo desconhecimento generalizado da nova historiografia sobre a escravidão, a abolição e o período posterior a esse contexto. A partir dessas deficiências, estereótipos diversos foram perpetrados de forma a engessar a discussão a respeito da escravidão brasileira, do processo abolicionista e da reverberação de todo esse contexto no cotidiano da população não branca brasileira (negros e pardos principalmente) nos dias atuais. Diante dessas constatações, percebeu-se a necessidade de reflexões realizadas por pesquisadores do campo de História e das Ciências Sociais, que fomentem o diálogo sobre esta longa história que se estende à atualidade.

De forma a concretizar nossos objetivos, estabelecemos uma parceria entre o Programa de Pós-graduação em História da UFMG, junto ao qual muitos estudos sobre a história da escravidão já foram realizados e o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, que tem como enfoque perspectivas urbanas contemporâneas sob o ponto de vista interdisciplinar, apresentando assim pesquisas que contemplam diferentes ângulos do assunto. Para tanto, elencaram-se produções relevantes para pensar as seguintes questões: cento e trinta anos depois, o que ainda se pensa sobre as questões raciais no Brasil? Quais foram os avanços e as permanências político-culturais processadas? Quais são as novas abordagens e as temáticas que persistem? Como o presente se apropria do passado escravista? De que forma a interpretação dos conceitos de escravismo e de abolicionismo na atualidade foram influenciados pelo republicanismo? Em que medida o passado escravista e o pós-abolição atingem a população brasileira ainda hoje? Como a história da escravidão vem sendo ensinada e qual é o impacto da revisão historiográfica realizada a partir dos anos 1980 no ensino

dessa história?

Com base nessas indagações, foram selecionados trabalhos divididos em dois eixos temáticos. O primeiro, denominado “Escravidão, emancipação e pós-abolição: debates historiográficos contemporâneos”, procura discutir a nova historiografia sobre a escravidão e o período pós-abolição, privilegiando a trajetória de conquista da liberdade, a justiça como espaço de luta por direitos políticos, a obtenção de distintos lugares sociais, os conflitos em busca de autonomia e cidadania, as novas relações de trabalho, os desafios que perpassavam a condição de liberto e as “leituras” republicanas sobre o passado escravista. O segundo eixo, por sua vez, denominado “130 anos de uma abolição inacabada e a herança afrodescendente no universo cultural brasileiro”, procura abordar a persistência de aspectos históricos. Entre eles, a desigualdade e a discriminação diretamente associadas à questão racial, percebidas na contemporaneidade, a partir de questões tais como a inserção laboral, o acesso ao sistema educacional e impactos do sistema punitivo, assim como procura tratar das distintas nuances legadas pela herança afrodescendente à cultura do país. Após a conclusão do evento, pretende-se organizar os textos apresentados pelos pesquisadores para que sejam publicados em livro impresso.

COORDENAÇÃO

Eduardo França Paiva - UFMG

Rita de Cássia Fazzi - PUC Minas

PRODUÇÃO

Bruna Fernanda Campos Alves - PUC Minas

Camila Similhana Oliveira de Souza - UFMG

Leonardo Gonçalves Ferreira - PUC Minas



PROGRAMAÇÃO

9 de novembro

14:00h às 17:00h Conferência de abertura

A ascensão e a crise do multiculturalismo à brasileira

Prof. Dr. Lívio Sansone

Coordenador do Programa Interdisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da UFBA

14 de novembro

8h30 Apresentação

André Junqueira Caetano - Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas

Mauro Lúcio Leitão Condé - Coordenador do Programa de Pós-graduação em História da UFMG

Eduardo França Paiva - Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFMG

Rita de Cássia Fazzi - Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas

9:00h Mesa Redonda 1: Escravidão, emancipação e pós-abolição: debates historiográficos contemporâneos - Debatedor: Eduardo França Paiva (UFMG)

Condições jurídico-sociais e alforrias (Minas Gerais, século XVIII)

Douglas Lima de Jesus - Mestre em História pela UFMG

Na Idade Moderna, existiam três condições jurídico-sociais básicas: escravo, liberto e livre. A mobilidade entre essas categorias era possível, mas a documentação analisada neste texto sugere que não raramente tal processo se cercava de nuances. Diversos indivíduos que conquistaram a alforria em Minas Gerais, ao longo do século XVIII, viveram fases ambíguas, pois eram juridicamente considerados libertos, mas ao mesmo tempo continuavam sujeitos à prestação de serviços aos antigos proprietários. Subsidiado por fontes cartorárias, o trabalho aqui proposto busca compreender os meandros das mudanças de condições jurídico-sociais, que podiam envolver situações dúbias e de difícil categorização dentro dos referenciais estáticos do Antigo Regime. Naquele contexto, houve casos de pessoas livres ou libertas que se sujeitaram temporariamente à situações de trabalho em certos aspectos comparáveis à escravidão. A frequência com que ocorriam as alforrias em Minas Gerais preocupava as autoridades portuguesas, que

tentaram controlar as libertações de escravos e, dessa forma, interferir na organização social. Entretanto, tais intentos tiveram alcances limitados, dadas as dimensões e o enraizamento social da prática das alforria.

Trajétórias de vidas, trajetórias de pesquisa: desvelando registros do pós-abolição.

(Mariana, 1871-1920)

Marileide Lázara Cassoli - Doutora em História pela UFMG

Nosso objetivo, neste artigo, é inserir o município de Mariana, localizado em Minas Gerais, no âmbito dos debates sobre o pós-abolição no Brasil. Buscamos, por meio das análises sobre as relações de apadrinhamento da comunidade de cativos da Fazenda do Gualaxo, indicar os impactos que as redes de sociabilidades – verticais e horizontais – construídas durante o período da escravidão impactaram as relações pessoais e de trabalho destes cativos no pós-abolição. Ao lutarem pela terra, pela preservação da família e pelos direitos civis, os libertos do 13 de maio, nos legaram histórias de resistências e de estratégias de sobrevivência em um mundo “novo”, que se apresentava em construção, exigindo o aprendizado de viver sob uma condição nunca antes experimentada: a de liberdade. Reconstituir estas histórias individuais, de vitórias ou de fracassos possibilita que pequenos fragmentos sejam incorporados à história das lutas pela ampliação da cidadania, no Império e na jovem República brasileira

Ascensão social e desigualdade racial no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Andrea Alcione de Souza - Doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas

Este texto tem como objetivo central apresentar algumas considerações teóricas e práticas sobre a ascensão social dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Na pesquisa buscou-se analisar a percepção dos negros sobre sua trajetória profissional, os eventos de discriminação experimentados e sua visão sobre a questão racial no Brasil.

Consumo afro-religioso em Belo Horizonte: perspectiva etnográfica.

Márcio Antônio Rodrigues - Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas

O presente artigo sobre consumo afro-religioso na cidade de Belo Horizonte/MG apresenta uma investigação em perspectiva etnográfica realizada nos anos de 2013 e 2014. A pesquisa etnográfica acompanhou as interações e as relações de agência nas práticas de consumo afro-religioso foi o objetivo central do trabalho. Além de buscar entendimento da lógica e uso dos objetos, ditos mágico-religiosos, utilizados em religiões de matriz africana no Brasil (candomblé e a umbanda) na capital mineira, anotações realizadas (etnografia) em campo, juntamente com a literatura específica entrelaçam-se resultados em texto dissertativo/etnográfico.

12:00h

Intervalo para almoço

14:00h Mesa Redonda 2: 130 anos de uma abolição inacabada e a herança afrodescendente no universo cultural brasileiro. Debatedora: Rita de Cássia Fazzi (PUC Minas)

Disputas simbólicas e abolição: a construção do discurso sobre o 13 de maio entre monarquistas e republicanos

Flávio Raimundo Giarola - Doutor em História pela UFMG

No jogo de disputas simbólicas entre monarquistas e republicanos, após a proclamação da República, a questão do fim da escravidão foi amplamente discutida entre os adversários políticos. De um lado, os restauradores defenderam a versão de que a abolição era uma dádiva da Coroa, entregue em forma de sacrifício à sociedade. Desta representação, destacava-se a imagem da princesa redentora, que havia se dedicado de corpo e alma à causa abolicionista. Do outro lado estavam os republicanos, interessados em apagar qualquer vínculo entre a Monarquia e o 13 de maio. Defenderam que a escravidão era o sustentáculo do Império e tentaram mostrar a emancipação como um processo popular, primeiro passo para a liberdade completa que viria com o republicanismo. Neste confronto de ideias, os monarquistas conseguiram se sobrepor, criaram uma representação histórica coesa e forte o suficiente para se consolidar no imaginário social. Os republicanos, ao contrário, não tiveram êxito em superar suas contradições internas. Além disso, saíram atrás na disputa pelo discurso da abolição, não conseguindo apagar crenças que já estavam fortemente inseridas na opinião pública. O resultado foi a cristalização de uma representação da “Lei Áurea” como um ato humanitário do Império, apagando as lutas sociais envolvidas no processo.

A luta como canção: o orgulho negro e a luta antirracista entre a canção e as ruas (1964-1988)

Bruno Vinícius L. de Moraes - Mestre em História pela UFMG

Entre os anos de 1987 e 1988, o processo da Constituinte no Brasil expressou as vozes e pautas de elementos do movimento negro brasileiro, a contribuir na formulação de uma Constituição, lançada em 1989, que ficaria conhecida como "Constituição Cidadã", dado seu caráter progressista em temas sociais. A proposta deste texto é abordar a difusão de temas relacionados à questão racial no Brasil através do potente veículo da canção, veiculados no recorte de 1964 a 1988, incluindo o contexto da Ditadura Militar brasileira e também os primeiros anos da redemocratização, com a constituinte. Abordando as canções brasileiras de estética da Black Music, buscamos argumentar que temas reivindicados nas ruas pelo Movimento Negro também foram difundidos por diversos artistas negros, contribuindo para identificação de uma expressão cultural como um importante veículo de representações sociais e políticas.

As religiões afro-brasileiras como patrimônio: do conflito à institucionalização.

Mariana Ramos de Moraes - Doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas

Neste artigo, apresento uma reflexão sobre o processo de patrimonialização das religiões afro-brasileiras. Parto do tombamento da Casa Branca do Engenho Velho, o primeiro terreiro de candomblé a ser incluído na lista dos bens patrimonializados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1984, que foi permeado de conflitos. E, na sequência, abordo como outros dez terreiros foram eleitos patrimônios

nacionais. Busca-se, dessa forma, pensar sobre como conjunção de agendas do movimento afro-religioso e do movimento negro, na passagem da década de 1970 para a de 1980, foi se desdobrando em ações desenvolvidas pelo governo federal até a segunda década dos anos 2000.

A história do meu cabelo: transição capilar e identidade racial.

Marina Marques Tavares - Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas

Neste trabalho apresento as principais discussões e resultados apresentados na dissertação intitulada “A história do meu cabelo” Uma investigação sobre a manipulação da identidade em narrativas na internet sobre “cabelo natural”. Nela, investiguei os sentidos presentes na Transição Capilar (processo de parar de fazer alisamento nos cabelos e começar a usá-los no estilo natural) vivido por mulheres negras inseridas no contexto das comunidades de crespas e cacheadas na internet. Foram analisados depoimentos dados em vídeos postados no Youtube. A análise dos conteúdos revelou que as mulheres subdividem as vivências com o próprio cabelo em três etapas, que chamei de Negação, Transição e Aceitação. No trabalho específico as características de cada uma dessas fases e faço alguns apontamentos sobre as mudanças identitárias vividas através do processo de transição capilar e seus impactos na luta pela igualdade racial.

17:00h Lançamento de livros

18:00h Encerramento

